



PARTE I – Duração: 2 horas

A 4Partners - Assessoria de Gestão, S.A. (4Partners S.A.) é agora uma sociedade profissional de contabilistas certificados, com sede em Portugal, que presta serviços de apoio à gestão das empresas suas clientes. O período de tributação da 4Partners S.A. coincide com o ano civil, enquadrando-se a mesma no regime normal mensal do IVA e, para efeitos de IRC, no regime especial de tributação da transparência fiscal.

A 4Partners S.A. tinha, desde a data de constituição, os mesmos quatro sócios: António Antunes, Bernardo Barroso, Carlos Carvalho e Daniel Damasceno. Em dezembro de 2018, a 4Partners S.A. foi transformada de sociedade por quotas em sociedade anónima, tendo sido admitido um sócio, Élvio Estrela.

A faturação anual relativa à prestação de serviços nunca ultrapassou o montante de 800 000 euros (excluindo o IVA), embora a partir de 2016 se tenha verificado a tendência para um incremento mais acentuado do volume de negócios.

A 4Partners S.A. tem escritórios em Lisboa, único distrito onde tem desenvolvido atividade, e emprega atualmente 11 colaboradores, que estão ao serviço da sociedade desde 2013, data da fundação. A sociedade opera em instalações arrendadas, localizadas no centro histórico da cidade, mas que se revelam já insuficientes para as necessidades da empresa. O total do balanço sempre foi inferior a 450 000 euros.

Questão 1.:

Sabe-se que a 4Partners S.A. sempre adotou, e continua a adotar, o modelo geral do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) na preparação das suas demonstrações financeiras. Se, por mera hipótese, a 4Partners S.A. integrasse o perímetro de consolidação de um grupo que preparasse as suas contas consolidadas de acordo com as IAS/IFRS adotadas pela União Europeia, na preparação das contas individuais da 4Partners S.A.:

- a) Esta empresa poderia adotar as IAS/IFRS.
- b) Esta empresa não poderia adotar as IAS/IFRS uma vez que se desconhece se é sujeita a certificação legal das demonstrações financeiras, condição essencial para adotar as IAS/IFRS.



- c) Esta empresa nunca poderia adotar as IAS/IFRS pois não possui valores cotados em bolsa.
- d) Esta empresa poderia adotar as IAS/IFRS, mas esta opção teria de se manter durante, no mínimo, dois períodos económicos.

Com a transformação em sociedade anónima, o capital social da 4Partners S.A. foi aumentado de 4 000 euros para 50 000 euros, por incorporação de reservas livres e por entrada de um novo acionista. As ações relativas ao novo acionista foram colocadas à subscrição por 25 000 euros, sabendo-se que o valor nominal das mesmas era de 10 000 euros. O novo acionista subscreveu a totalidade das ações acima referidas.

Questão 2.:

No que respeita ao reconhecimento contabilístico do facto acima descrito, a afirmação que se encontra totalmente correta é:

- a) Verificou-se um aumento do capital próprio de 46 000 euros e uma redução das reservas livres em 21 000 euros.
- b) Verificou-se uma redução das reservas livres em 36 000 euros e o reconhecimento de um suprimento no montante de 15 000 euros.
- c) Verificou-se um aumento do capital próprio de 25 000 euros e o reconhecimento de um suprimento no montante de 15 000 euros.
- d) Nenhuma das anteriores.

Apesar da transformação em sociedade anónima, a 4Partners S.A. manteve a forma de sociedade profissional de contabilistas certificados.

Questão 3.:

Em termos disciplinares, os sócios das sociedades profissionais de contabilistas certificados são:

- a) Apenas responsáveis pelos erros da sua direta responsabilidade.
- b) Solidariamente responsáveis pelos erros cometidos pelos demais sócios ou colaboradores da sociedade.
- c) Subsidiariamente responsáveis pelos erros cometidos pelos colaboradores.
- d) Responsáveis pelos erros da sua direta responsabilidade e, até ao limite das suas entradas de capital na sociedade, pelas dívidas e obrigações da sociedade de profissionais.



As sociedades de contabilidade estão obrigadas a proceder à nomeação de um diretor técnico.

Questão 4.:

O diretor técnico de uma sociedade de contabilidade deve ser:

- a) Um sócio da sociedade.
- b) Um trabalhador por conta de outrem que seja contabilista certificado.
- c) Existindo, um gerente da sociedade que seja contabilista certificado.
- d) Qualquer colaborador ou prestador de serviços que aceite assumir estas funções

Em novembro de 2018, um cliente da 4Partners S.A. adquiriu um imóvel por 250 000 euros, com o intuito de posteriormente o revender, uma vez que o objeto social desta entidade é a compra e venda de imóveis para revenda.

No entanto, no final de dezembro de 2018, o referido imóvel ainda não havia sido revendido e a entidade apurou, junto de um perito avaliador independente, que o valor do imóvel era naquela data de 230 000 euros.

Questão 5.:

No que respeita à mensuração subsequente deste imóvel:

- a) Tem de ser apresentado no balanço sempre pelo custo de aquisição, em virtude de ser um imóvel adquirido para revenda.
- b) Pode ser efetuada a revalorização do mesmo.
- c) Pode ser mensurado ao custo ou ao justo valor, já que o imóvel configura uma propriedade de investimento.
- d) Nenhuma das anteriores.

O Sr. António Antunes, sócio da 4Partners S.A., sujeito passivo de IRS, encontra-se enquadrado na categoria B, no regime de contabilidade organizada, por opção.



Questão 6.:

O rendimento tributável obtido, no âmbito do regime de contabilidade organizada, encontra-se sujeito às seguintes taxas para o apuramento final do imposto a pagar:

- a) Taxas gerais do IRC.
- b) Taxas gerais do IRS.
- c) Taxas gerais do IRC e do IRS.
- d) Nenhuma das anteriores.

A empresa 4Partners S.A., no final do ano de 2018, registou uma perda por imparidade relativa à totalidade dos créditos (resultantes da sua atividade normal) que detinha sobre 3 clientes, os quais estavam evidenciados em clientes de cobrança duvidosa e para os quais tinham sido tomadas as diligências necessárias para o recebimento das dívidas: sociedade A (detida pela 4Partners S.A. em 20%), 40 000 euros, em mora há 8 meses; sociedade B (crédito reclamado judicialmente), 100 000 euros, em mora há 9 meses; uma Câmara Municipal, 80 000 euros, em mora há 24 meses.

Questão 7.:

A perda por imparidade aceite para efeitos fiscais é de:

- a) 100 000 euros.
- b) 110 000 euros.
- c) 190 000 euros.
- d) 220 000 euros.

Um cliente da 4Partners S.A. celebrou, com uma Câmara Municipal, um contrato de exploração e manutenção de um parque de estacionamento, propriedade da autarquia. O referido contrato de cedência de exploração é válido por 15 anos, sendo que no final deste período a exploração do espaço retornará para a esfera da autarquia.

O contrato de exploração prevê que a autarquia pague uma quantia fixa mensal ao cliente da 4Partners S.A.. Ficou, ainda, definido que o cliente da 4Partners S.A. nada poderá cobrar aos utentes do parque, ficando apenas com a responsabilidade de manter o equipamento operacional.

Após a celebração do contrato, surgiram dúvidas quanto ao correto reconhecimento das retribuições constantes do contrato, a receber pelo cliente da 4Partners S.A..



Questão 8.:

A opção que a 4Partners S.A. deve indicar ao seu cliente como sendo a correta é reconhecer o valor descontado daquelas quantias fixas mensais como:

- a) Ativo fixo tangível.
- b) Ativo financeiro.
- c) Ativo intangível.
- d) Passivo financeiro.

Uma das razões que justifica o sucesso da 4Partners, S.A. é o facto de proceder sistematicamente a análises às contas das empresas suas clientes. Sempre que tal se justifica, a 4Partners S.A. propõe aos seus clientes a implementação de contabilidade analítica.

Questão 9.:

Ao analisar detalhadamente uma das empresas clientes da 4Partners S.A. conclui-se que aquela empresa só conseguiu cobrir a totalidade dos seus custos/gastos quando atingiu um volume de negócios no valor de 100 000 euros. Sabendo que o custo variável industrial unitário ascende a 25 euros, o custo variável não industrial unitário ascende a 10 euros, e a margem de contribuição se situou nos 30%:

- a) Os custos fixos industriais são de 50 000 euros e o ponto crítico em quantidade é de 10 000 unidades.
- b) Os custos fixos industriais são de 30 000 euros e o ponto crítico em quantidade é de 10 000 unidades.
- c) Os custos fixos industriais são de 50 000 euros e o ponto crítico em quantidade é de 2 000 unidades.
- d) Os custos fixos industriais são de 30 000 euros e o ponto crítico em quantidade é de 2 000 unidades.

Um outro cliente da 4Partners, S.A. é a empresa fabril PQPN, Lda..



Questão 10.:

Em determinado semestre, a PQPN, Lda. não tinha Inventários Iniciais, nem finais, de qualquer natureza. Ao elaborar a Demonstração dos Resultados por Funções desse período, utilizou a fórmula de custeio do Custo Médio Ponderado, obtendo um Resultado Antes de Impostos (RAI) no valor de 19 530 euros. Em alternativa, se a referida empresa utilizasse a fórmula de custeio de FIFO (*First In, First Out*), o RAI seria:

- a) Superior.
- b) Inferior.
- c) Igual.
- d) Todas as anteriores.

Em novembro 2018 a PQPN, Lda., que produz e vende um só produto, apresentou o seu orçamento de produção para o ano de 2019, projetando vender 923 800 unidades. Os Inventários Iniciais estimados, para o ano 2019, foram de 12 000 unidades. Estima-se que os Inventários Finais, no ano de 2019, sejam superiores em 14% aos Inventários no início do ano.

Questão 11.:

As quantidades a produzir, no ano de 2019, inscritas no orçamento de produção devem ter sido:

- a) 922 120 unidades.
- b) 921 220 unidades.
- c) 924 580 unidades.
- d) 925 480 unidades.

A PQPN, Lda. adota o sistema de Custeio Padrão para calcular o custo de Mão de Obra. Em outubro de 2018, depois de uma greve dos trabalhadores, a gerência da empresa decidiu aumentar os salários de todos os trabalhadores em 4%.

Questão 12.:

Devido a este aumento da massa salarial, ao analisar a Mão de Obra, no final do ano, verificou-se um:

- a) Desvio de Eficácia.
- b) Desvio de Quantidade.
- c) Desvio de Taxa Horária.
- d) Desvio de Eficiência.



Um dos fornecedores de papel e material de escritório da 4Partners S.A. é a empresa Papel, Lda. A direção da Papel, Lda. decidiu implementar o *Balanced Scorecard* para efeitos de avaliação do desempenho e para melhorar a gestão estratégica, ao possibilitar uma maior concentração nos fatores críticos de sucesso organizacional. Para tal, definiu um conjunto de perspetivas, objetivos, indicadores chave de desempenho, metas e iniciativas.

Questão 13.:

A diminuição do prazo de entrega dos produtos para uma semana pode ser classificada como:

- a) Um indicador chave de desempenho (KPI).
- b) Uma meta.
- c) Um objetivo estratégico.
- d) Uma iniciativa estratégica.

A empresa Papel, Lda., para além de comercializar os seus produtos, também produz alguns dos materiais de escritório. No sentido de aumentar a capacidade produtiva, a Papel, Lda. prevê adquirir um novo equipamento industrial.

Questão 14.:

A depreciação do referido equipamento deve estar prevista no orçamento de:

- a) Vendas.
- b) Compras.
- c) Tesouraria.
- d) Nenhuma das anteriores.

A 4Partners S.A. pretende diversificar as suas atividades e adquiriu, em janeiro de 2018, uma marca por 50 000 euros, à empresa LX, S.A. (não existem relações especiais entre ambas as empresas). A 4Partners S.A. amortizou a referida marca pelo método da linha reta, regime duodecimal, considerando uma vida útil de 10 anos, nos termos da NCRF 6 – Ativos Intangíveis, dado considerar que a marca não tem vigência temporal limitada.



Questão 15.:

A amortização do exercício fiscal de 2018, no montante de 5 000 euros:

- a) Concorre para o lucro tributável porque é aceite fiscalmente o valor de 5 000 euros.
- b) Não concorre para o lucro tributável porque não é fiscalmente aceite, mas a empresa pode optar por deduzir ao lucro tributável o montante de 2 500 euros.
- c) Concorre para o lucro tributável porque é fiscalmente aceite a amortização, e a empresa pode optar por deduzir ao lucro tributável o montante de 2 500 euros.
- d) Nenhuma das anteriores.

Questão 16.:

Os dispêndios incorridos internamente, com geração e a promoção de uma marca para comercialização de um conjunto de produtos e serviços, devem ser reconhecidos contabilisticamente como:

- a) Gasto do período em que são incorridos.
- b) Ativo intangível.
- c) Gasto, a reconhecer na data em que a marca se encontre disponível para uso pela entidade.
- d) Nenhuma das anteriores.

Ainda no âmbito da expansão das suas atividades, a 4Partners S.A. recorreu, face ao investimento programado para o aumento das suas instalações em Lisboa, a um financiamento bancário junto de um Banco sediado em Portugal.

Questão 17.:

No que se refere à concessão do crédito:

- a) O encargo do imposto do selo é da 4Partners S.A., sendo o sujeito passivo do imposto o Banco.
- b) O sujeito passivo do imposto do selo na referida operação de crédito é a 4Partners S.A., que deverá proceder à sua liquidação.
- c) As concessões de crédito estão sujeitas a IVA e dele não isentas, pelo que não há lugar a sujeição a imposto do selo.
- d) Nas concessões de crédito o encargo do imposto do selo é, por regra, da entidade concedente.



A 4Partners S.A. pretende celebrar um contrato-promessa de compra e venda de um imóvel destinado a escritórios, localizado no Porto, cidade onde pretende abrir uma filial, pelo que a Administração tem discutido a eventualidade do referido contrato poder estar sujeito a IMT.

Questão 18.:

Considera-se que há também lugar a transmissão onerosa para efeitos tributação em sede de IMT na celebração de contrato-promessa de aquisição e alienação de bens imóveis:

- a) Independentemente do objeto do contrato e das condições nele estabelecidas.
- b) Em que seja clausulado no contrato ou posteriormente que o promitente adquirente pode ceder a sua posição contratual a terceiro.
- c) Quando os imóveis em referência estejam situados em país, território ou região sujeito a um regime fiscal mais favorável.
- d) Nenhuma das anteriores.

Para que os seus colaboradores se possam deslocar ao serviço da empresa, a 4Partners S.A. é locatária, em regime de locação financeira, de uma viatura ligeira de passageiros (com 5 lugares), movida a gasóleo.

Questão 19.:

Em relação ao IVA suportado com as rendas do contrato de locação financeira, com as despesas de reparação e com a aquisição de gasóleo da referida viatura (devidamente documentadas):

- a) É dedutível, em 50%, o IVA respeitante à aquisição de gasóleo, não sendo dedutível o IVA referente às rendas e às despesas de reparação.
- b) Não é dedutível, dado verificar-se a exclusão do direito à dedução do IVA relativo a todas as despesas referidas.
- c) Não é dedutível o IVA relativo às rendas de locação financeira e às despesas de reparação, sendo dedutível, na totalidade, o IVA suportado com a aquisição de gasóleo.
- d) É dedutível o IVA suportado com todas as despesas referidas.



A PQPN, Lda. adquiriu um serviço de transporte de um equipamento com início na Corunha, onde possui um escritório, e chegada em Madrid, para aí ser reparado. O referido serviço de transporte foi efetuado por uma empresa com sede em Espanha e aí registada para efeitos de IVA.

Questão 20.:

No que se refere ao serviço de transporte de bens contratualizado pela PQPN, Lda.:

- a) Não se encontra sujeito a IVA em Portugal, uma vez que o transporte foi integralmente realizado em território espanhol.
- b) Encontra-se sujeito a IVA em Portugal, sendo que a empresa transportadora terá de, obrigatoriamente, registar-se para efeitos de IVA no nosso país, de modo a proceder à liquidação do IVA.
- c) A PQPN, Lda. irá suportar o IVA em Espanha, sendo que o poderá deduzir na sua própria declaração periódica.
- d) Encontra-se sujeito a IVA em Portugal, sendo o responsável pela liquidação do IVA a PQPN, Lda.

A PQPN, Lda., sendo uma empresa industrial, possui diversos equipamentos, que tem adquirido ao longo dos anos. Em dezembro de 2018, foi contratada uma empresa especializada para efetuar a avaliação de um equipamento industrial que havia sido adquirido no início de 2010, pelo custo de aquisição de 850 000 euros. Após a entrada em funcionamento do referido equipamento, foi ainda necessário incorrer em dispêndios no montante de 50 000 euros relativos a formação do pessoal que com ele irá trabalhar. O equipamento tem vindo a ser depreciado pelo método da linha reta, tendo sido estimada inicialmente uma vida útil de 16 anos.

Decorrente da referida avaliação, foi atribuído um justo valor de 400 000 euros ao equipamento. Em simultâneo, a gerência procedeu à determinação dos *cash flows* esperados resultantes do uso do referido equipamento, tendo esta avaliação evidenciado a quantia de 365 000 euros.



Questão 21.:

Em 31 de dezembro de 2018, o equipamento deverá ser apresentado no balanço da empresa pela quantia de:

- a) 365 000 euros.
- b) 371 875 euros.
- c) 393 750 euros.
- d) 400 000 euros.

Um outro cliente da 4Partners S.A. é a JKL S.A., que vendeu à XTR, Lda., em dezembro de 2018, cinco unidades de uma mercadoria cujo preço de custo unitário ascendeu a 200 euros, ao qual acresceu IVA à taxa normal. Na data da aquisição das referidas mercadorias, a JKL S.A. havia beneficiado de um desconto de natureza financeira de 3%, tendo adquirido 50 unidades do artigo em causa.

No momento da venda ao cliente XTR, Lda., a JKL S.A. calculou o respetivo preço de venda, de modo a obter uma margem de 25% sobre o custo de aquisição. A transação está sujeita a IVA à taxa normal.

Naquela mesma data, ficou acordado com o cliente XTR, Lda. que a mercadoria apenas seria entregue em janeiro do ano seguinte, ficando até essa data à responsabilidade da JKL S.A.

Questão 22.:

Face ao exposto, e tendo somente por base a informação apresentada, a afirmação que deve ser considerada como correta relativamente à JKL S.A. é:

- a) O custo da mercadoria vendida é de 970 euros, devendo ser reconhecido em dezembro um rédito de 1 212,50 euros.
- b) O custo da mercadoria vendida será de 970 euros, não existindo qualquer rédito a reconhecer em dezembro.
- c) O custo da mercadoria vendida será de 1 000 euros, não existindo qualquer rédito a reconhecer em dezembro.
- d) O custo da mercadoria vendida é de 1 000 euros, devendo ser reconhecido em dezembro um rédito de 1 212,50 euros.

A JKL S.A., cliente da 4Partners S.A. como se referiu, foi sujeita a uma inspeção fiscal.



Questão 23.:

No âmbito de uma inspeção da Autoridade Tributária a um dos seus clientes, o contabilista deve:

- a) De imediato, disponibilizar todos os documentos e informação do cliente.
- b) Prestar os esclarecimentos solicitados quanto aos registos e declarações fiscais que sejam da sua responsabilidade.
- c) Invocar o dever de sigilo profissional perante qualquer questão colocada pelos inspetores.
- d) Informar que todos os esclarecimentos devem ser prestados pelo cliente.

Na sequência desta inspeção, existe uma suspeita, fundada, de que o Contabilista Certificado da JKL S.A., funcionário da 4Partners S.A., involuntariamente violou o sigilo profissional ao falar sobre esta inspeção com um amigo que nada tinha a ver com a empresa.

Questão 24.:

A violação do dever de sigilo profissional é punida com uma pena de:

- a) Advertência.
- b) Multa.
- c) Suspensão.
- d) Expulsão.

A 4Partners S.A. está com um problema relativo à cobrança de honorários a um cliente. Este, em janeiro de 2019 e face ao óbito do anterior contabilista certificado, solicitou à 4Partners S.A. que refizesse a contabilidade de 2018. A 4Partners S.A. apresentou em conversa telefónica com o cliente uma proposta de prestação de serviços, que incluía o valor dos honorários, sem que o cliente se tivesse oposto.

A 4Partners S.A. efetuou de imediato o trabalho e agora enviou a fatura ao cliente, que veio dizer que não concordava com o valor dos honorários, pois afinal o trabalho tinha sido muito mais simples do que se afigurava e não correspondia aos pressupostos apresentados.



Questão 25.:

Perante um conflito com um cliente relativamente ao valor dos honorários devidos, o contabilista deve:

- a) Solicitar um laudo de honorários ao conselho diretivo da Ordem.
- b) Recusar-se a encerrar as contas e entregar as declarações fiscais do cliente.
- c) Cessar imediatamente funções e impedir o novo contabilista certificado de assumir funções.
- d) Qualquer uma das respostas anteriores.